

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.682 - SP (2019/0299535-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311
YUN KI LEE - SP131693
FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITANTE : JUÍZO DA 16A VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA
INTERES. : JORGE LUIZ COSTA RAIOL
ADVOGADO : MARCELO AUGUSTO PARADELA HERMES - PA019461

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramitam os autos da recuperação judicial (1016422-34.2017.8.26.0100), e do JUÍZO DA 16A VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA, no qual tramita a execução trabalhista nº 0001703-51.2016.5.08.0003 movida por JORGE LUIZ COSTA RAIOL.

Afirma a suscitante que, embora em trâmite perante o Juízo Comum a recuperação judicial, o Juízo trabalhista suscitado prosseguiu com a execução dos créditos.

Ressalta, ainda, que as questões tendentes a afetar o patrimônio devem ser analisadas pelo Juízo Universal da recuperação.

Requer, assim, a concessão de medida liminar para determinar o sobrestamento da ação laboral.

Pleiteia, ao final, que seja declarada a competência do juízo da recuperação para decidir acerca do prosseguimento da reclamação trabalhista e de eventuais atos executórios contra a empresa recuperanda.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Passo a decidir o pedido de liminar.

Deferido o processamento da recuperação judicial (1016422-34.2017.8.26.0100), a competência do juízo do trabalho limita-se a liquidar os créditos trabalhistas, que deverão, após, ser habilitados no juízo da recuperação.

Assim, havendo o juízo do trabalho suscitado praticado atos de constrição patrimonial na reclamação trabalhista movida por JORGE LUIZ COSTA RAIOL, faz-se necessária a suspensão.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos eventualmente realizados exclusivamente contra PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES, em recuperação judicial, bem como que o JUÍZO DA 16ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA se abstenha de praticar novos atos constritivos na execução trabalhista n.º 0001703-51.2016.5.08.0003 em relação à empresa suscitante, vedando, ainda, a movimentação e liberação de eventuais valores já constritos até que seja julgado por esta Corte o presente conflito de competência.

Designo, outrossim, o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP para, em caráter provisório, solucionar eventuais medidas urgentes que se fizerem necessárias, em especial aquelas relativas à prática de atos executórios contra a suscitante.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito, oficiando para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se a Administradora Judicial, PRICEWATERHOUSECOOPERS Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ 10.466.603/0001-37, representada pelo Dr. José Mauro Braga, com endereço na Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, CEP: 05001-903, São Paulo/SP, para que, no prazo de 10 (dez)

Superior Tribunal de Justiça

dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre os créditos de JORGE LUIZ COSTA RAIOL reconhecidos na execução nº 0001703-51.2016.5.08.0003 em trâmite na JUÍZO DA 16A VARA DO TRABALHO DE BELÉM - PA. **Informe, ainda, a Administradora Judicial, quais os empreendimentos com patrimônio de afetação foram retirados do Plano de Recuperação Judicial do Grupo PDG.**

Após, dê-se vista ao MPF (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

